

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0201272-4

IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MUNIZ COELHO
PACIENTE : EDUARDO JOSÉ DA SILVA BEZERRA
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : GERUSA TORRES DE LIMA

009

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO MAJORADO (ART.157, §2º, II E ART.171, AMBOS DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. DESPACHO DE INDEFERIMENTO DA LIBERDADE PROVISÓRIA FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. MODUS OPERANDI DO PACIENTE REVELADOR DE PERICULOSIDADE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO. INSTRUÇÃO PROCESSUAL CONCLUÍDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52. EXCESSO DE PRAZO NÃO VERIFICADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I- *In casu*, verifica-se que a decisão que indeferiu a liberdade provisória está fundada na necessidade concreta de manter-se a medida cautelar a bem da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, de modo que não merece reparo a decisão proferida pela magistrada de 1º grau.

II- Os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade. Não há desídia por parte do magistrado a quo na condução do feito, que tramita dentro da normalidade, já que contava a princípio com dois réus, um dos quais encontra-se foragido, sendo a separação dos processos determinada posteriormente.

III- Condições pessoais favoráveis, por si sós, não garantem a revogação da preventiva, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da sua manutenção.

IV- Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0201272-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0201272-4

010

IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MUNIZ COELHO
PACIENTE : EDUARDO JOSE DA SILVA BEZERRA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : GERUSA TORRES DE LIMA

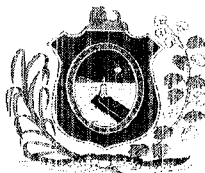
RELATÓRIO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por Luiz Fernando Muniz Coelho, advogado, em favor de **EDUARDO JOSÉ DA SILVA BEZERRA**, qualificado às fls.02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, relativamente ao processo nº 222.2009.006574-1.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: o paciente encontra-se preso desde a data de 28/04/2009, acusado pela suposta prática dos delitos tipificados nos artigos 157, §2º, II e 171, ambos do Código Penal; em 28/04/2009, foi decretada a prisão temporária do paciente; preso há mais de 06(seis) meses, , apesar de preencher os requisitos objetivos e subjetivos para aguardar o fim da instrução em liberdade; está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo. Por fim, requer a concessão da ordem em seu favor.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 08/139.

Por meio da decisão de fls.146/147, foi indeferido o pleito liminar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



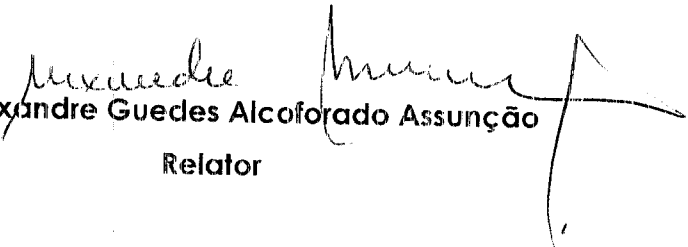
011

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 153/154.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Gerusa Torres de Lima, ofertou parecer às fls. 163/164, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



012

HABEAS CORPUS Nº 0201272-4

IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MUNIZ COELHO
PACIENTE : EDUARDO JOSE DA SILVA BEZERRA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : GERUSA TORRES DE LIMA

VOTO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por Luiz Fernando Muniz Coelho, advogado, em favor de **EDUARDO JOSÉ DA SILVA BEZERRA**, relativamente ao processo nº 222.2009.006574-1, a que responde na 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, pela prática do delito previsto nos artigos 157, §2º, II e 171, todos do CP¹.

O impetrante alega estar configurado o excesso de prazo em razão do tempo em que o paciente se encontra preso – desde 28/04/2009, há mais de 06(seis) meses, portanto, sem que a instrução criminal tenha chegado ao fim. Argumenta que o feito não apresenta complexidade nem pluralidade de réus que justifiquem o atraso em seu andamento. Ressalta

¹ CP

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



013

que a Defesa Prévia já se encontra nos autos desde o dia 23/07/2009 e que o paciente tem endereço fixo, ocupação definida e não registra antecedentes criminais. Aduz, por fim, que o *decisum* que decretou prisão preventiva do paciente contraria o art.93, IX, da Constituição Federal, uma vez que carece de fundamentação.

Pois bem.

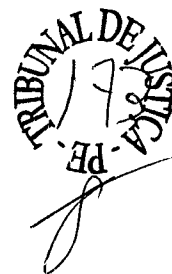
Narra a denúncia que no dia 13/04/2009, em via pública, no bairro de Piedade, no Município de Jaboatão dos Guararapes, o réu, ora paciente e o comparsa Genildo Ribeiro da Silva, simulando estarem armados, colocando a mão sob as camisas, ameaçaram Brizênia Ferreira de Brito, subtraindo-lhe o aparelho celular e a carteira porta-cédulas, contendo documentos pessoais e cartões de crédito.

Segundo consta da peça exordial, no dia 24/04/2009, o paciente e o outro denunciado efetuaram compras no valor de R\$400,00(quatrocentos reais) no Mercadinho varejão Piedade, utilizando-se do cartão Hipercard da vítima, ocasião em que foram filmados e notificados para comparecer à Delegacia de Polícia de Piedade, para serem submetidos a reconhecimento por parte da vítima.

As informações prestadas pela autoridade apontada como coatora esclarecem que foi determinado o desmembramento do processo para os acusados, uma vez que a citação do denunciado Genildo Ribeiro da Silva foi realizada por edital, o que retardaria a instrução criminal para o paciente. No dia 25/11/2009, realizou-se audiência de instrução e julgamento, conforme verifiquei através do JUDWIN - Sistema de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



014

Informação Processual do TJPE, na qual foram ouvidas a vítima, testemunhas e o acusado. Não há, portanto, desídia por parte do magistrado *a quo* na condução do feito, que tramita dentro da normalidade, já que contava a princípio com dois réus, um dos quais encontra-se foragido, sendo a separação dos processos determinada posteriormente.

Ressalte-se que os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.

Quanto à alegação de que a decisão que decretou a prisão do paciente não fundamentou a necessidade da segregação, tenho que não merece prosperar. O magistrado *a quo* justificou a prisão cautelar como necessária à garantia da ordem pública, da instrução criminal e da aplicação da lei penal, frente às circunstâncias do delito cometido e suas conseqüências para a sociedade (fls.76/77), considerando que os denunciados praticaram o delito com grave ameaça à pessoa e ainda demonstraram não temer a atuação do Estado ao utilizar o cartão de crédito da vítima dias após o crime.

O paciente agiu em conluio com um segundo denunciado, praticando a ação criminosa em via pública, por volta das 18h, simulando a posse de arma de fogo e demonstrou ousadia ao utilizar o cartão subtraído à vítima dias depois, ficando configurada sua periculosidade.

Nesse diapasão, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

015

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
LIBERATÓRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO TENTADO (ART.
157, §§ 1º. e 2º., I DO CPB). PRISÃO EM FLAGRANTE
EM 22.01.09. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE
PROVISÓRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS
PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO SUFICIENTEMENTE
FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM
PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. MODUS OPERANDI
(AGREDIU FÍSICAMENTE UMA DAS VÍTIMAS E A AMEAÇOU
COM UMA FACA). PARECER DO MPF PELA CONCESSÃO DO
WRIT. ORDEM DENEGADA, EM QUE PESE O PARECER
MINISTERIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO.

1. Sendo indubitosa a ocorrência do crime e
presentes suficientes indícios de sua autoria, não
há ilegalidade na decisão que determina a custódia
cautelar do paciente, se presentes os temores
receados pelo art. 312 do CPP.

2. In casu, deixou-se de conceder liberdade
provisória ao paciente em razão da presença de um
dos requisitos que autorizam a prisão cautelar,
uma vez comprovada a materialidade do delito e
presentes indícios suficientes de autoria, sendo
necessária para a preservação da ordem pública, em
razão da periculosidade do paciente, evidenciada
pelo modus operandi da conduta criminosa (praticou
violência contra o vizinho da vítima, entrou em
luta corporal contra o mesmo, e o ameaçou com uma
faca).

3. Parecer do MPF pela concessão do writ.

4. Ordem denegada.

(HC 137.486/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA
FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe
03/11/2009, grifos nossos).

Outrossim, as condições pessoais favoráveis do paciente, por si
sós, não garantem a revogação da medida preventiva. Nesse sentido vem
decidindo o Superior Tribunal de Justiça, consoante o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO
CIRCUNSTANCIADO. NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA QUE
EXIGE IMERSÃO NO CONTEXTO FÁTICO-
PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DO WRIT. PRISÃO
PREVENTIVA FUNDADA NA NECESSIDADE DE GARANTIA DA
ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. CONDIÇÕES PESSOAIS
FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PARECER DO MPF PELA
DENEGACÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA.

1. [...]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

016

2. A real periculosidade do réu, evidenciada no modus operandi (a forma com que obtinha informações sobre as vítimas, uma vez que era influente no meio social e tinha acesso às residências e pessoas do meio, e conduzia os outros denunciados para que efetuassem os roubos), constitui motivação idônea e suficiente à manutenção da segregação provisória, como forma de garantir a conveniência da instrução criminal. Precedentes do STF e do STJ.

3. A preservação da ordem pública não se restringe apenas às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência.

4. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela. Precedente do STF.

5. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial.

(HC 122.392/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 03/03/2009, grifos nossos)

Ressalte-se, ainda, que o processo encaminha-se para seu final, com a instrução criminal já encerrada, estando o feito concluso para julgamento e afastado o excesso de prazo, não sendo recomendável, por ora, a concessão da liberdade provisória ao paciente, como se depreende da Súmula nº52 do Superior Tribunal de Justiça, que preconiza:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

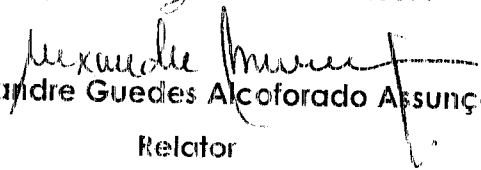


017

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de
Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 15 de Dezembro de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator